

Como empresas participantes do PRODEC contribuíram para o desenvolvimento de Santa Catarina – Uma análise com base na Demonstração do Valor Adicionado.

Caroline Regina da Silva (caroline.rebc@hotmail.com)
Graduanda de Ciências Contábeis pela
Universidade Federal de Santa Catarina

Sérgio Murilo Petri (sm.petri@gmail.com)
Dr. Professor de Ciências Contábeis pela
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é a análise da viabilidade do benefício fiscal a título de financiamento do ICMS concedido pelo PRODEC às empresas catarinenses e responder à pergunta “Quais as áreas que recebem maior Valor Adicionado pelas empresas beneficiárias do PRODEC?”. A metodologia é exploratória pois discorre acerca do funcionamento e viabilidade de PRODEC assim como apresenta um estudo de caso de 6 empresas beneficiárias deste programa. Após análise quantitativa da Demonstração do Valor Adicionado das empresas da amostra, constata-se que o retorno que estas geram para o estado afirma a viabilidade do programa e que a área que recebe maior distribuição de valores pelas empresas é a remuneração de funcionários. Conclui-se assim que o PRODEC é viável e benéfico para Santa Catarina, e sugere-se ainda maior compreensão do Valor de Retorno que as empresas beneficiárias geram para o estado pelo estudo de quanto do Insumos Adquiridos de Terceiros são fornecidos por empresas catarinenses e a análise da alavancagem financeira por meio do PRODEC.

Palavras-chave: PRODEC, Demonstração do Valor Adicionado, Santa Catarina, guerra fiscal.

How have participating companies of PRODEC contributed to the development of Santa Catarina – An analysis based on the Demonstration of Added Value

Abstract: The purpose of this article is to analyze the viability of the tax benefit regarding GST funding by PRODEC to Santa Catarina companies and answer the question: “What are the areas that receive greater added value by companies receiving PRODEC?”. The methodology is as exploratory talks on the operation and PRODEC feasibility as well as presents a case study of 6 beneficiary companies of this program. After quantitative analysis of the Demonstration of Added Value of the sample, it appears that the return they generate for the state says the program’s viability and that the area receives greater distribution of values for the companies is employee compensation. It is therefore concluded that the PRODEC is feasible and beneficial to Santa Catarina, and suggested greater understanding of Return Value that recipient firms generate for the state by the study as the inputs acquired from third parties are provided by Santa Catarina companies and analysis of financial leverage through the PRODEC.

Key-words: PRODEC, Demonstration of Added Value, Santa Catarina, tax war.

1. INTRODUÇÃO

Após um rígido controle das finanças regionais pelo Ministério da Fazenda, a redemocratização com a Constituição de 1988 colocou em pauta a formulação de um novo quadro tributário, concedendo aos estados maior autonomia fiscal para fixar alíquotas e administrar o recolhimento de ICMS, diga-se Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dando início às guerras fiscais. Nesse contexto, antes de haver a nova Constituição Federal e com a fragilização do CONFAZ, Santa Catarina criou o PRODEC, Programa de Desenvolvimento de Empresas Catarinenses, com a finalidade de que por meio de benefícios fiscais a título de financiamento relativos a postergação do recolhimento de ICMS em até 75% do valor a ser investido pela empresa hospedada em Santa Catarina, o estado tenha de retorno, de acordo com Santa Catarina, Art. 3º da Lei Nº 13.342 de 10 de março de 2005, no todo ou em parte, os seguintes benefícios gerados pelas empresas interessadas em ingressar no PRODEC:

I - gerem emprego e renda à sociedade catarinense; II- incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia de Santa Catarina; III -contribuam para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local e regional; IV – sejam direcionados a obras de infra- estrutura, especialmente em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos catarinenses; e V – integrem as cadeias produtivas em nível local e regional, caracterizadas como Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Devido a elevada carga tributária brasileira, programas como o PRODEC justificam-se para ajudar a viabilizar a atividade de algumas empresas. Nos anos 1990 a 2010, de acordo com Goularti (2004), relata-se que 494 empresas participantes do PRODEC postergaram sua arrecadação de ICMS em R\$ 12.092.761, este valor, ainda que pago após seu prazo de carência representa para o estado um incentivo fiscal, pois conta com alíquotas de juros baixas e financiadas por agentes financeiros estaduais ou regionais, mas com interesse em trazer empresas para Santa Catarina. Assim pergunta-se: “ **Quais as áreas que recebem maior Valor Adicionado pelas empresas beneficiárias do PRODEC?**”, esta pergunta justifica-se pois é interessante ao estado saber o retorno de seus incentivos fiscais e trabalhos anteriores a respeito do PRODEC limitaram-se a analisar quantitativamente o valor renunciado pelo estado comparado ao valor do investimento fixo e de empregos gerados pelo programa, assim o objetivo deste artigo é ampliar esta análise de retorno por meio do uso da Demonstração do Valor Adicionado e suas particularidades de empresas participantes do programa, limitando-se nesta no aspecto temporal e espacial aos contratos efetuados por empresas catarinenses entre os anos de 2005 a 2010, esta pesquisa limita-se também aos acesso de informações claras disponíveis na DVA das empresas escolhidas para amostra, sendo estas 6 empresas participantes do programa que atenderam a metodologia necessária para alcance do objetivo desta pesquisa. Diante do financiamento de crédito a baixo custo, também há o interesse da análise quantitativa com a comparação dos Valores de Contrato efetuados e o retorno que empresas geram para o estado, expondo assim a viabilidade deste programa para o estado com o percentual de retorno gerado.

Com o objetivo de organizar o trabalho e assim ter um melhor entendimento do estudo, esta pesquisa será distribuída em mais 4 seções. A seguir inicia-se com a Fundamentação Teórica, discorre sobre o tema de Guerra Fiscal e uma visão sobre o PRODEC e seu funcionamento. Dentro da próxima seção, este artigo expõe pesquisas similares já realizadas sobre créditos tributários, tributação em Santa Catarina e incentivos fiscais. Na terceira seção deste artigo, e

segunda após esta seção, há a exposição da metodologia da presente pesquisa, seu enquadramento e instrumentos utilizados para análise objeto desta. Finalmente após exposição de sua metodologia, há a exposição dos dados levantados de fontes secundárias para então sua análise quantitativa que cabe a esta pesquisa exploratória e a conclusão desta.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção discorre sobre temas relevantes para entendimento desta pesquisa, faz-se necessário conhecer a existente “Guerra Fiscal” entre os estados devido aos benefícios fiscais concedidos, também há uma exposição da história do PRODEC, seus objetivos, critérios e manutenção de créditos concedidos, número atual de empresas participantes do programa e valores totais de contratos efetuados entre os anos de 2005 a 2015, esta limitação temporal faz-se apropriada devido ao ano de 2005 haver início de vigor de leis que atualmente são aplicadas ao programa. Finalmente há um resumo em quadro de pesquisas similares realizadas a esta que serviu de base para o estudo desta pesquisa.

2. 1 GUERRA FISCAL

Na busca por investimentos privados e com maior autonomia fiscal a partir da Constituição de 1988, iniciou-se a Guerra Fiscal entre os estados. (NASCIMENTO, 2008). A Guerra Fiscal é comum entre estados que buscam oferecer benefícios fiscais a empresas que apresentam viabilidade de investimento e retorno futuro, assim os estados buscam arrematar empresas com ofertas de isenção e benefícios fiscais. De acordo com Brasil, Lei Complementar 24/1975, Art. 1º, a respeito do ICMS, que é objeto de estudo desta pesquisa:

As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei. Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica: I - à redução da base de cálculo; II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; III - à concessão de créditos presumidos; IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; **V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.** (O grifo é nosso).

O ICMS é o imposto mais recorrente nas discussões da Guerra Fiscal, pois os estados além de terem autonomia para fixar suas alíquotas, são responsáveis pelo seu recolhimento, assim podem administrá-lo de maneira que seja mais vantajosa para seu devedor. Além disso, o ICMS possui grande atenção das empresas pois está entre os tributos mais onerosos, sendo que no regime não cumulativo a alíquota marginal catarinense é de 17% da receita bruta em que este tributo incidir e até 30% se a origem da receita é considerada supérflua, como por exemplo, venda de mercadoria como as bebidas alcoólicas, armas e munições. Devido a importante parte do estado em conceder benefícios com este tributo, cabe a análise de se este está sendo administrado de maneira coerente e contabilmente vantajosa, tanto para o credor quanto devedor, estado e as empresas beneficiárias pelas Guerras Fiscais.

2. 2 PRODEC

O PRODEC é um programa do governo catarinense existente desde 1988 criado pelo então governador Pedro Ivo que por meio de créditos tributários de ICMS; diga-se Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação; financia o recolhimento de ICMS a longo prazo e com baixíssimo custo, com o objetivo, segundo Santa Catarina, Art. 2º da Lei Nº 13.342/2005, de:

O PRODEC, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense, por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Este incentivo, a título de financiamento, será equivalente a um percentual pré-determinado sobre o valor de ICMS a ser gerado pelo novo projeto.

O valor do ICMS a ser postergado poderá ser de até 75% (Percentual de Incentivo) do valor de incremento de ICMS comparado a valores anteriores recolhidos pela empresa mensalmente, sendo que todas as parcelas somadas postergadas (Montante do Incentivo), ao final do processo poderão corresponder até 100% do valor do investimento (Investimento Fixo) realizado com o empreendimento. O usufruto do incentivo a título de financiamento com a postergação do pagamento de ICMS poderá se dar de 120 e até 200 meses, observando ainda que o usufruto cessará quando o somatório das parcelas do ICMS, utilizadas como incentivo, atingir o Montante do Incentivo determinado, com carência para pagamento de até 48 meses e juros de até 12% a.a., sendo que a taxa média de juros usada pelo programa em anos anteriores e atualmente é de 3% a.a., e de acordo com a legislação vigente, não há necessidade de correção monetária.

O entendimento anunciado acima obedece a Santa Catarina, Lei Nº 13.342, de 10 de março de 2005, o Art. 7º:

Os incentivos concedidos pelo PRODEC obedecerão os seguintes limites: I - montante equivalente a até setenta e cinco por cento do valor do incremento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS gerado pelo empreendimento incentivado; II - até cento e vinte meses para fruição dos incentivos, contados a partir do início das operações do empreendimento incentivado; e III - até quarenta e oito meses de carência para o início da amortização, contados a partir do início da fruição dos benefícios, devendo cada parcela liberada ser quitada ao final do prazo de carência.

No enquadramento de empresas participantes do PRODEC, alguns conceitos devem ser conhecidos para manutenção do crédito tributário. Primeiro, busca-se analisar se o futuro empreendimento atenderá a, no todo ou em parte ao Art. 3º da Lei Nº 13.342 de 10 de março de 2005 já citada neste artigo: geração de emprego e renda à sociedade catarinense; aumento no nível tecnológico e competitivo de Santa Catarina; contribuam para o desenvolvimento sustentável, tanto na esfera ecológica quanto para desconcentração econômica e desenvolvimento de demais municípios; ou ainda que sejam direcionados a obras de infraestrutura de Santa Catarina. Para demandar o enquadramento, a empresa deverá solicitar consulta prévia ao Conselho Deliberativo do PRODEC por meio de um modelo submetido junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, assim os projetos serão analisados pelos agentes financeiros credenciados pelo PRODEC, sendo esses BADESC (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A) e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), estes irão requerer uma taxa de comissão da análise feita

que será de 0,4% do Montante do Incentivo limitado ao valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Além da postergação do crédito de ICMS concedido pelo programa, ainda há outros incentivos que podem ser concedidos a empresas beneficiárias do PRODEC, conforme Santa Catarina, Art. 7º da Lei Nº 13.342 de 10/03/2005:

A critério do Conselho Deliberativo, observado o disposto em regulamento, poderá ser concedido desconto de até quarenta por cento no pagamento da parcela mensal do incentivo a empreendimentos: I - localizados em municípios com IDH igual ou inferior a noventa e cinco por cento do índice do Estado; II - que venham a produzir mercadorias inexistentes na cadeia produtiva catarinense; III - do setor agroindustrial, cujo arranjo produtivo envolva município com IDH igual ou inferior a noventa e cinco por cento do índice do Estado; IV - industriais dos setores náutico e naval; V - localizados nos Municípios de Ilhota e Luís Alves, para empreendimentos aprovados no prazo de até dois anos, a partir da publicação desta Lei;

De acordo com a Matriz de Pontuação de Desconto para Indústria (Modelo D1C) de 24 de março de 2014, documento utilizado para controle para escolha de alíquota de desconto a ser dado pelo PRODEC, o número de cidades com menor desconto a ser concedido a empresas que instalem-se devido ao IDH abaixo da média catarinense é de 64 cidades com desconto de 10%, e o maior desconto é de 40% para a cidade de Cerro Negro, localizada na mesorregião serrana. Quanto aos descontos concedidos a empresas que fabricarem produtos inexistentes em cidades com decréscimo populacional e de renda, o menor desconto concedido é de 15% a 19 cidades, além de 93 cidades com alíquota de desconto de 0%. O maior desconto nesse caso tem alíquota de 40% para 24 cidades, como Vítor Meireles, Urupema e Painel.

Desde o ano de 2005 a 2015, 216 empresas foram beneficiárias do PRODEC com Valor de Contrato total de R\$ 5.802.146.757,30. No ano de 2015 houve uma média de 62 empresas fruindo do benefício nos meses de janeiro a dezembro de 2015. Das empresas beneficiárias entre 2005 a 2015, a média do Valor de Contrato e Percentual de Incentivo foi de R\$ 27.761,476,74 e 67% respectivamente, e a Carência para início de pagamento de 44 meses com Prazo de Fruição de 168 meses. A taxa de juros aplicada foi de em média 2,44% com atualização monetária pelo Indexador UFIR de 86%, sendo que os tributos estaduais não sofrem correção de efeitos inflacionários. O ano em que houve maior número de empresas procurando benefícios do programa foi em 2008 com 49 empresas beneficiárias, esta busca pelo benefício fiscal no ano de 2008 pode ser relacionado a crises financeiras nesse ano.

2. 3 PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS

Esta seção expõe alguns artigos que se fizeram presentes para conhecimento do tema desta pesquisa e levantamento de possíveis hipóteses de estudo.

Autor e Ano	Resumo	Metodologia	Conclusão
-------------	--------	-------------	-----------

GOULARTI, Juliano Giassi. 2012.	O Objetivo deste artigo é a análise nas repercussões financeiras que o PRODEC gera nas contas públicas. Pergunta de pesquisa: “ Qual a relação entre a renúncia fiscal do PRODEC, 1988 a 2010, e o crescimento ou desaceleração do setor industrial catarinense? ”	Análise quantitativa das repercussões financeiras que o PRODEC gera nas contas públicas. Número de empresas participantes em cada ano, valor de renúncia fiscal comparado ao crescimento do estado no respectivo período.	Conclui-se que o PRODEC não é o alicerce básico para o desenvolvimento de Santa Catarina, porém foi responsável pela geração de 5,87% dos empregos gerados nesse período sendo que a Renúncia Fiscal de ICMS desse período é da média de 17,67% das receitas.
RONÇANI, Liara Darabas; FILHO.	O objetivo deste trabalho é estudar o desempenho da economia catarinense na última década. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar quais fatores contribuíram para esse resultado	Análise descritiva do comportamento da produção industrial, das exportações, do emprego e do crédito.	Pode-se concluir que Santa Catarina andou na contramão do crescimento no que se refere ao descolamento do banco de fomento estadual do governo federal e, conseqüentemente, do BNDES, prejudicando a liberação de crédito para fomento no Estado.
NASCIMENT O, Sidnei Pereira Do	O objetivo deste trabalho, é verificar o comportamento de variáveis de forma a identificar alterações que possam ser associadas com a guerra fiscal	Foram utilizados dois modelos econométricos, um que compara alterações nas variáveis entre os Estados e entre os períodos, antes e após a guerra fiscal, e o outro, que capta mudanças na taxa de crescimento das variáveis entre os períodos	As estimativas mostram que os Estados avaliados, individualmente ou em conjunto, apresentam alterações significativas na taxa de crescimento do PIB industrial em comparação ao Estado paulista, depois da intensificação da guerra fiscal. Os mesmos resultados, parecem não valer para a geração de empregos na indústria, e para as receitas do ICMS. Reforça a hipótese de que a guerra fiscal foi o principal motivo para as mudanças ocorridas na década de 90 na federação brasileira.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Quadro 1 – Pesquisas Similares.

Os três artigos acima mostram-se similares a busca da presente pesquisa, o primeiro artigo intitulado “Renúncia fiscal e a política de apoio a indústria em Santa Catarina: um estudo do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]” mostra a viabilidade do PRODEC para o estado e o quanto este contribuiu para os empregos gerados em Santa Catarina, o segundo debaixo do título “A trajetória recente da economia catarinense (2000-2010): na contramão do crescimento? ”, mostra como os benefícios fiscais auxiliam no crescimento do estado, e por último, o artigo “Guerra Fiscal: uma análise quantitativa para Estados participantes e não participantes”, faz-se similar ao objetivo deste artigo pois expõe o que está envolvido em conceder benefícios fiscais, assim, muitas das ideias destes três artigos citados acima se fazem similares a esta pesquisa e quando apropriado serão citados com a devida atenção às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3. METODOLOGIA

A classificação desta pesquisa é metodológica, quanto ao objetivo trata-se de pesquisa exploratória a respeito do PRODEC pois aborda o funcionamento deste programa e estuda o caso de 6 empresas beneficiárias deste, a abordagem é quantitativa pois a partir dos valores coletados é feita a análise objeto desta pesquisa. Assim, a fonte de coleta de dados é secundária, pois os dados estão disponíveis para administração dos benefícios fiscais do PRODEC junto ao Centro Administrativo do Governo de Santa Catarina e para a contabilidade das empresas escolhidas.

3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

O enquadramento da presente pesquisa é referente a área de Ciências Contábeis com vistas ao estudo de Contabilidade Tributária e aspectos de benefícios fiscais, neste caso os incentivos concedidos pelo PRODEC, Programa de Desenvolvimento de Empresas Catarinenses.

3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Para organização dos dados desta pesquisa, foram necessárias planilhas eletrônicas, consulta a Demonstrações Contábeis na Bolsa de Valores BM&FBOVESPA pela internet, quando não encontradas as informações necessárias das empresas participantes da amostra foi necessário telefonemas às empresas, também visitas ao Centro Administrativo do Governo em Florianópolis, localizado no bairro Monte Verde, onde encontra-se administração do PRODEC na Secretaria Estadual da Fazenda para então acesso a informações de lista de empresas participantes do programa, manutenção de seu crédito tributário e ainda sessar outras dúvidas para escrita deste artigo com a colaboração de Leandro Luís Darós.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os processos envolvidos nesta pesquisa iniciaram com a escolha de limitações visto o estudo sobre o PRODEC poder oferecer muitas perguntas de pesquisa, primeiro foi imposta a limitação temporal quanto aos anos que as empresas beneficiárias realizaram seu contrato, esta escolha foi dentre os anos de 2005 a 2010, devido a poder conferir fruição do benefício. Após esta limitação, ainda foi necessário impor uma limitação espacial, de empresas que possuem indústrias apenas em Santa Catarina e ainda escolha de empresas que elaborem DVA. Estes filtros resultaram em uma amostra de 6 empresas catarinenses que serão apresentadas na seção 4.1.

Após a escolha de empresas para estudo de caso, houve a consulta da DVA destas empresas dos anos de 2012 a 2014, 3 anos de atividade das empresas é considerado suficiente para análise quantitativa que permita afirmar se geram retorno ou não para o estado diante do benefício concedido. Assim, com acesso a informação secundárias de suas DVA e o contrato realizado com PRODEC, a organização destas informações, levam a possibilidade de realizar inferências para presente pesquisa.

Quanto a escolha de quais informações da DVA seriam utilizadas, devido aos princípios contábeis estarem alicerçados na integridade e fidedignidade, para este artigo considera-se apenas os valores de DVA que se pode ter certeza serem valores de retorno para Santa Catarina, como alguns dos valores adicionados apresentados na DVA. Assim, considera-se

apenas valor de Salário e Benefícios concedidos, excluindo INSS e FGTS, também os Valores de Tributos Estaduais e Municipais e por último, valores distribuídos pelo uso de capitais de terceiros, como Aluguel e “Outros”. Assim, para presente pesquisa, não há a abrangência da comparação de Valor de Contrato com alguns outros valores inclusos na DVA, mas que não se pode afirmar se retornam ao estado, como Insumos Adquiridos de terceiros e Juros de Encargos financeiros, os títulos e valores para presente pesquisa serão expostos novamente conforme análise da DVA das empresas participantes da amostra.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção tem como objetivo descrever as empresas participantes da amostra, expor algumas características de seus contratos com PRODEC e analisar informações fornecidas pelas DVA das empresas, alcançando por fim o objetivo desta pesquisa que é ampliar a análise de retorno que as empresas beneficiárias geram, explorar a viabilidade do PRODEC tanto para empresas beneficiárias quanto para o estado e verificar o Percentual de Retorno de 3 anos de atividade com fruição de seu benefício fiscal.

4.1 AMOSTRA

A amostra desta pesquisa foi selecionada a partir de uma população total de 164 empresas que foram beneficiárias do programa entre os anos de 2005 e 2010. Além de selecionar empresas beneficiárias dentre os anos de 2005 a 2010, também há a necessidade de estas serem sociedades abertas para obrigatoriedade de publicação da DVA e de terem indústrias localizadas apenas em Santa Catarina para poder estudar com maior integridade a comparação de valores agregados ao estado por meio da empresa e seu Valor de Contrato com o PRODEC.

Assim, dentre as 164 empresas listadas nos anos de 2005 a 2010, para amostra da presente pesquisa as analisadas são as seguintes:

Empresas Beneficiárias	Ano de Contrato	Localização	Valor de Contrato
Electro Aço Altona S.A.	2005	Blumenau	R\$ 15.358.688,00
Buddemeyer S.A.	2005	São Bento do Sul	R\$ 16.100.000,00
Metalúrgica Riosulense	2006	Rio do Sul	R\$ 27.377.128,00
Portobello S.A.	2009	Tijucas	R\$ 26.961.536,87
Karsten S.A.	2009	Blumenau	R\$ 5.755.241,91
Dohler	2010	Joinville	R\$ 22.202.635,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tabela 1 – Amostra de empresas Catarinenses que utilizaram o PRODEC.

4.2 MANUTENÇÃO DO CRÉDITO

Percebe-se pela amostra desta pesquisa o baixo preço que o crédito de incremento de ICMS custará para as empresas beneficiárias, com taxa de juro média de 0,03 ao ano, o juro aplicado não cobre a inflação ocorrida durante o período de carência do crédito. A maior parte das empresas participantes do PRODEC, assim como na amostra desta pesquisa buscam o PRODEC em casos de expansão de suas empresas. Com a tabela a seguir também percebe-se que o prazo médio de carência é de 4 anos com período de fruição do incentivo por até 300 meses.

Empresas Beneficiárias	Tipo de Projeto	Valor de Incentivo	Percentual de Incentivo	Valor de Contrato
Electro Aço Altona S.A.	Expansão	R\$ 46.891.819,00	60%	R\$ 15.358.688,00
Buddemeyer S.A.	Expansão	R\$ 16.100.000,00	60%	R\$ 16.100.000,00
Metalúrgica Riosulense	Expansão	R\$ 57.474.328,00	70%	R\$ 27.377.128,00
Portobello S.A.	Expansão	R\$ 75.500.000,00	60%	R\$ 26.961.536,87
Karsten S.A.	Expansão	R\$ 57.564.568,39	60%	R\$ 5.755.241,91
Dohler	Expansão	R\$ 92.995.000,00	75%	R\$ 22.202.635,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tabela 2 – Valores acordados entre as empresas e o PRODEC para o benefício fiscal.

A Tabela 2, logo acima expõe o Valor de Incentivo recebido por cada empresa da amostra e o Percentual de Incentivo que estas poderão postergar mensalmente de seu ICMS. A tabela a seguir expõe que o prazo médio de carência é de 4 anos com período de fruição do incentivo por até 300 meses.

Empresas Beneficiárias	Prazo de Fruição	Taxa de Juros a.a.	Carência em meses
Electro Aço Altona S.A.	120	0,04	48
Buddemeyer S.A.	200	0,04	48
Metalúrgica Riosulense	120	0,02	48
Portobello S.A.	120	0,04	48
Karsten S.A.	200	0,04	48
Dohler	300	0,00	48

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tabela 3 – Manutenção do crédito concedido às empresas participantes da amostra.

4. 3 DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO POR ÁREA

A partir de valores expostos pelas DVA das empresas analisadas, pode-se perceber que invariavelmente a maior contribuição dessas empresas para o estado é com a remuneração paga aos funcionários, sendo essa de 54% ou cerca de R\$ 90.248.009.000,00, como algumas destinações aos funcionários tais como FGTS e INSS não são valores distribuídos diretamente aos cofres catarinenses, estão excluídos dos valores levantados nesta pesquisa, porém a remuneração ao Pessoal ainda se mantém a maior parte das destinações. Após este, ainda conta-se com tributos estaduais e municipais, que são 24% dos Valores Distribuídos

considerados nesta pesquisa, é importante ressaltar que dentre esses está incluído o ICMS pois a DVA trabalha com regime de competência, apesar de alguma parte do valor de ICMS incrementado não ser pago com o encerramento do exercício devido a postergação do pagamento com o PRODEC e outros fatores, ainda pode-se analisar o quanto de tributos estão sendo gerados para o estado. A tabela a seguir ajuda a ter melhor compreensão dos valores totais destinados a cada área.

Área/Ano	2012	2013	2014	Total
Pessoal	R\$ 27.206.565,00	R\$ 30.075.179,00	R\$ 32.966.265,00	R\$ 90.248.009,00
Tributos	R\$ 13.469.805,00	R\$ 12.146.199,00	R\$ 14.147.021,00	R\$ 39.763.025,00
Capitais de Terceiros	R\$ 11.165.832,00	R\$ 13.303.964,00	R\$ 12.703.067,00	R\$ 37.172.863,00
Total	R\$ 51.842.202,00	R\$ 55.525.342,00	R\$ 59.816.353,00	R\$ 167.183.897,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tabela 4 – Distribuição do Valor Adicionado por Área e em milhares. (R\$1.000,00)

Vale a pena ressaltar que a análise desta pesquisa se limita a contribuição direta das empresas para o estado, assim, seria impossível mensurar os empregos indiretos gerados pelas sua existência e expansão, como por meio do fornecimento de matérias primas locais, tais como energia, água e outros insumos adquiridos para a atividade da empresa além dos empregos indiretos gerados por quem venderá ou utilizará o material fornecido pela própria beneficiária, caso esta gere produtos como materiais de construção, que é o caso da empresa Portobello S.A. analisada na presente pesquisa.

As destinações a “Capitais de Terceiros” apresenta-se como a terceira maior destinação das empresas de valores adicionados por essas, que inclui aluguel e o juro de encargos financeiros, ainda sim, para presente pesquisa os valores de juros não foram considerados pois é desconhecido com integridade e fidedignidade quanto destes são adicionados ou distribuídos ao estado, ou seja, se as financiadoras são locais e/ou estaduais, caso estas sejam, seriam ainda mais valores a serem considerados como “ retorno ao estado” gerado pela empresa beneficiária do PRODEC.

4. 4 PERCENTUAL DE RETORNO

Após acesso a informações dos Valores Adicionados ao estado por parte das empresas, para presente pesquisa pode-se analisar o total deste comparado ao Valor de Contrato realizado com o PRODEC para perceber o retorno que o estado tem sobre a postergação do ICMS contratado com auxílio dos agentes financeiros. Apesar de o Valor de Contrato ainda estar em fruição para as empresas e os Valores Distribuídos serem baseados em partes das DVA de 3 anos de operação das empresas, estes valores ainda se mostram suficientes para cumprir o objetivo da pesquisa que é a análise da viabilidade do PRODEC e responder à pergunta de pesquisa sobre qual área recebe maior retorno pelas empresas beneficiárias do PRODEC.

Empresas	Electro Aço Altona S.A.	Buddemeyer S.A.	Metalúrgica Riosulense	Portobello S.A.
Valor adicionado 2012-2014 em milhares. (R\$1000,00)	R\$ 173.176,00	R\$ 165.341.770,00	R\$ 193.233,00	R\$ 747.192,00

Valor de Contrato PRODEC	R\$ 15.358.688,00	R\$ 16.100.000,00	R\$27.377.128,00	R\$ 26.961.536,87
Percentual de Retorno ao Estado	1128%	1026968%	706%	2771%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tabela 5 – Percentual de Retorno de 4 empresas da amostra.

Empresas	Karsten S.A.	Dohler	Total
Valor adicionado 2012-2014 em milhares. (R\$1000,00)	R\$ 392.336,00	R\$ 336.190,00	R\$ 167.183.897,00
Valor de Contrato PRODEC	R\$ 5.755.241,91	R\$ 22.202.635,00	R\$ 113.755.229,78
Percentual de Retorno ao Estado	6817%	1514%	146968%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tabela 6 – Percentual de Retorno de 3 empresas da amostra.

A Tabela 5 e 6 acima mostram a relação que tem de haver para alta taxa de retorno ao estado por parte das empresas, além de um alto Valor Adicionado, o percentual de retorno apenas se mostrará alto quanto mais baixo for o Valor de Contrato das empresas, conforme constata-se no caso da Portobello S.A., apesar de apresentar o segundo maior Valor de Contrato dessas tabelas, não apresenta segundo maior Valor de Retorno devido a seu alto Valor de Contrato.

4. 5 ANÁLISE OBJETO DESTA PESQUISA

Esta análise revela que todas empresas da amostra geram retorno para o estado comparado ao crédito fornecido pelo PRODEC em forma de incentivo fiscal, com respeito a pergunta de pesquisa, “*Quais as áreas que recebem maior Valor Adicionado pelas empresas beneficiárias do PRODEC?*”, fica claro que é a destinação de remuneração ao Pessoal a mais onerosa para as empresas, em segundo lugar os Tributos e em terceiro os valores destinados a Capitais de Terceiros. Mesmo empresas como Karsten S.A. que apresentou Lucro Líquido negativo no ano de 2014, 2013 e 2012, o valor adicionado ao estado por esta por meio de Pessoal, Impostos e Capitais de Terceiros equivale a 6817% do incremento de ICMS que esta poderá postergar ao longo de sua atividade operacional. Dentre as empresas analisadas, a Buddemeyer S.A. é a que de imediato mostrou o sucesso que há para o estado em fornecer benefícios fiscais para expansão e/ou implantação de empresas, pois em apenas 3 anos seu valor adicionado ao estado equivale a 1.026.968% do Montante de Incentivo que em parte ainda pode ser fruído por mais de 100 meses. A empresa Metalúrgica Riosulense foi a empresa que apresentou menor Percentual de Retorno, 706% ao estado comparada a outras empresas da amostra, pois apresenta baixo valor de tributos municipais e não incorre em “Outros Custos” além de Salários e Benefícios ao Pessoal que as outras empresas possuem. Apesar de a Portobello S.A. ser a empresa que após a Buddemeyer S.A. apresentou maior Valor Adicionado ao estado, o seu Valor de Contrato é elevado, sendo o segundo maior apresentado, assim, seu Percentual de Retorno não alcança o primeiro e segundo colocado. Esta pesquisa contribuiu para o aumento do conhecimento de que área as empresas que instalam- se em Santa Catarina ou expandem suas empresas geram mais retorno para o estado. Diferente de pesquisas anteriores citadas na página debaixo da seção 2.3, esta pesquisa não

traz a comparação de valor de renúncia fiscal comparado ao crescimento e desaceleração do estado, mas a comparação do Valor de Contrato de cada empresa com o Valor Adicionado por ela ao estado, com vistas a concluir qual área recebe maior parte deste retorno ao estado e explorar o funcionamento do PRODEC, a segunda pesquisa citada na seção 2.3 afirmou que a dificuldade por parte da liberação de crédito pelos bancos catarinense prejudicou aceleração do crescimento de Santa Catarina, esta pesquisa brevemente expôs o papel de agentes financeiros do estado na concessão de créditos do PRODEC, seu papel como agente regulador e seu custo para então análise de se uma empresa poderá participar do programa, porém, diferente dessa pesquisa citada, esta traz informações sobre juros aplicados, períodos de carência e fruição para empresas beneficiárias do programa, e mostrou o sucesso que há para o estado quando os agentes financeiros concedem permissão ao uso de benefícios fiscais como por meio do PRODEC. Esta pesquisa comparada ao artigo que estudou a fundo o papel das Guerras Fiscais, apenas explicou o que são as guerras fiscais e seu papel em atrair empresas para algum estado.

5. CONCLUSÕES

Esta seção considera os resultados desta pesquisa dentro de seus objetivos e limitações impostas por sua metodologia explícita neste artigo.

Esta pesquisa iniciou-se com o objetivo de explorar a viabilidade do PRODEC visto conceder créditos tributários a baixo custo para o estado com análise de seu funcionamento e descobrir em que áreas o estado mais se beneficia com a vinda dessas empresas, este problema de pesquisa foi cessado com o estudo dos critérios para empresas ingressarem no PRODEC e de que forma o estado realiza manutenção da fruição do benefício concedido. Este problema de pesquisa foi apresentado com a exposição da manutenção do crédito tributário concedido pelo PRODEC conforme seção 4.2 pois mostra taxa de juros, período de fruição e carência de empresas beneficiárias participantes da amostra desta pesquisa, além de percentual de incentivo e valor de contrato efetuado entre empresas e PRODEC junto aos agentes financeiros como o BNDS e BESC.

Além de explorar o funcionamento do PRODEC, esta pesquisa também buscou saber o retorno que o estado tem comparado ao Valor de Contrato realizado pelo PRODEC com as empresas. Na sessão 2.3 há exposição do funcionamento do PRODEC, 4.4, na sessão 4.5 há exposição dos Valores Distribuídos pelas empresas ao estado, gráfico em forma de pizza de que área recebe mais do Valor Adicionado. Com o uso da DVA como instrumento de análise da riqueza gerada ao estado, pode-se ter clareza da viabilidade do PRODEC pois este contribuiu com continuidade de empresas que fazem o estado e cidades crescerem, apesar de haver um incentivo fiscal oneroso sobre os tributos, a continuidade dessas empresas gera outros benefícios para o estado, como geração de empregos e Tributos municipais e estaduais, além do uso de Capitais de Terceiros.

As dificuldades encontradas para pesquisa deste artigo que limitaram maior entendimento do valor de retorno para o estado de empresas beneficiárias do PRODEC foi a incerteza quanto à consideração de quanto que os insumos adquiridos de terceiros por parte das empresas poderiam fazer parte do Valor de Retorno considerado para esta pesquisa, devido não haver em Demonstração Contábeis e outros relatórios a evidenciação desse valor referente a aquisição de insumos de Santa Catarina, este valor foi desconsiderado das empresas analisadas, assim como Juros de Capitais de Terceiros devido à incerteza de estes terceiros tratarem-se de fornecedores de crédito catarinense.

Sugere-se que nas próximas pesquisas possam haver a coleta das informações citadas acima entrando em contato com controladoria das empresas, e análise de qual o valor de alavancagem financeira com a postergação do pagamento de incremento de ICMS com a expansão e/ou implantação das empresas desta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

COLOMBO, Luciléia Aparecida. Brasil: As políticas de incentivo ao desenvolvimento regional de uma federação desigual. Grupo de Estudos de Política da América Latina, UEL, terceiro simpósio, 2010. Disponível em: <
<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/desenvolvimentoregional/Grupo%203/15.pdf> >. Acesso em 14 set. 2015.

GOULARTI, Juliano Giassi. Renúncia fiscal e a política de apoio a indústria em Santa Catarina: um estudo do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]. IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2012. Disponível em:
http://cihe.fffch.usp.br/sites/cihe.fffch.usp.br/files/Juliano_Goularti_0.pdf. Acesso em 26 fev. 2016

NASCIMENTO, Sidnei Pereira do. Guerra Fiscal: uma análise quantitativa para Estados participantes e não participantes. Revista ANPEC, v. 10, p. 1, 2009. Disponível em:
http://www.anpec.org.br/revista/vol10/vol10n2p211_237.pdf. Acesso em 14 set. 2015

NUNES, Gissele Souza de Franceschi; SANTOS, Vanessa dos; FARIAS, Sueli; SOARES, Sandro Vieira; LUNKES, Rogério João. Análise dos instrumentos de transparência contidos na lei de responsabilidade fiscal nos municípios da região sul. Revista Ambiente Contábil; v. 5. n. 2, p. 128 – 150, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.306/index.php/Ambiente/article/view/1790/1666>. Acesso em 14 set. 2015.

RONÇANI, Liara Darabas; FILHO, Alcides Goularti. A trajetória recente da economia catarinense (2000-2010): na contramão do crescimento? Revista Acta Scientiarum v. 37, n. 1, p. 53-64, Junho 2015. Disponível em: <
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:L2bDoYa1wWMJ:periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/26459/pdf_43+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. > Acesso em 26 fev. 2016.

SANTA CATARINA. Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005. Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC - e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - FADESC - e estabelece outras providências. Florianópolis, SC, 2005. Disponível em http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2005/lei_05_13342.htm. Acesso em: 23 abr. 2016.